



Munich Personal RePEc Archive

Economics in Turmoil: Integrating Moral and Plural in a Satisfactory Economic Science

Pinto, Hugo

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE COIMBRA, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE O ESPAÇO E AS ORGANIZAÇÕES, UNIVERSIDADE DO ALGARVE

01. October 2009

Online at <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/18718/>

MPRA Paper No. 18718, posted 18. November 2009 / 17:35

ESTE TEXTO É UMA VERSÃO PRELIMINAR DA COMUNICAÇÃO COM O MESMO TÍTULO APRESENTADA EM OUTUBRO DE 2009 NO PRIMEIRO COLÓQUIO DE ESTUDANTES DE DOUTORAMENTO DO CES – COIMBRA C – ESCALAS E TRANSBORDOS.

Hugo Pinto (hpinto@ualg.pt)

CES – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra¹ e CIEO – Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações, Universidade do Algarve

A Economia em Ebulição: Integrando o Plural e a Moral numa Ciência Económica Satisfatória

Quando decidi que ia estudar Economia, essa escolha baseou-se em duas noções que tinha sobre o economista. A primeira, o economista, normalmente alguém bem sucedido, poderia ter uma vida boa para si e para os seus próximos ao beneficiar das comodidades que recursos financeiros podem providenciar. A segunda, o economista, usualmente alguém que com um conhecimento aprofundado do económico, intervinha na procura da melhoria das condições de vida existentes na sociedade.

Tenho de admitir que a formação superior em Economia surpreendeu-me e nem sempre pela positiva. A ciência que encontrei na universidade não se preocupava com aquilo que eu pensava ser a realidade a estudar e baseava toda a sua análise numa visão estática e atomística em que agentes racionais egoisticamente tentavam otimizar a sua situação. Não era aquela Economia com atenção pela complexidade e pela mudança que eu queria entender. Achava que a Economia não poderia ser só aquilo. E não é. A ciência económica pode ser muito mais rica se, como vim posteriormente a verificar, incorporar ideias das escolas institucionalista, evolucionista e permitir a permeabilidade e fertilização cruzada com outras ciências sociais.

O presente ensaio discute o que é a Economia e se esta tem de se afastar da sua dimensão normativa para se afirmar enquanto produtora de conhecimento científico. A crise dos mercados (financeiros) levaram à falência da ortodoxia e devem fazer emergir um novo referencial teórico e metodológico. Aproveito o ensaio para paralelamente reflectir sobre o meu percurso académico e chego à conclusão que o que pensava sobre a Economia antes de a estudar é mais adequado do que o que muitas vezes tentam passar aos alunos nos primeiros anos de licenciatura. O economista não deve ser apenas o cientista que analisa o comportamento racional dos agentes e a afectação de recursos escassos escravo do método e do formalismo quantitativo. O economista tem de ser alguém que compreenda que não existe uma análise científica do económico se tiver a pretensão de a excluir das suas componentes principais: o carácter imprevisível do homem, a sua dimensão social e o pressuposto moral que existe em cada pessoa.

Palavras-chave: Economia, Ortodoxia, Mainstream, Pluralismo, Moral, Performatividade

¹ Estudante do Programa de Doutoramento em “Governança, Conhecimento e Inovação” apoiado por uma bolsa individual da FCT – *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* (ref. SFRH/BD/35887/2007)

PRELÚDIO (S)

O MODELO PADRÃO DA ECONOMIA ORTODOXA

Segundo Walliser, Lesourne e Orléan (2004):

- Racionalidade Optimizadora
- Equilíbrio
- Eficiência dos Mercados

PERGUNTAS E IDEIAS FEITAS

O que é o economista?

- O economista é quem estuda a Economia...

Para que serve a Economia?

- A Economia serve para perceber o económico...

O que é a Economia?

- A Economia é o que os economistas fazem...

A ortodoxia da Economia?

- A ortodoxia da Economia é a Economia...

O que é o económico?

- O económico é o domínio da Economia...

1. INTRODUÇÃO: CRISE(S)

“One year ago, the US authorities allowed Lehman Brothers to collapse, unleashing chaos. Capital markets froze, banks stumbled and a cascade of collapses seemed imminent. The financial system was seized with fear. A high-speed repeat of the American banking crisis that underpinned the unique misery of the 1930s threatened.”

Financial Times, 13 de Setembro de 2009

Disponível online em <http://www.ft.com/cms/s/0/e534e69c-a091-11de-b9ef-00144feabdc0.html>

Não gosto da palavra. Estou farto de a ouvir. Poucas vezes é invocada com substância. Mas a crise dos mercados financeiros é mesmo uma crise. Geradora de múltiplas crises reconfigurou no último ano a doutrina dos líderes mundiais. De uma visão onde o mercado auto-regulado empurrava o desenvolvimento e a prosperidade os governos mundiais ocidentais tiveram de mudar a sua abordagem e intervir para salvar o capitalismo. Mas nem as falhas nas previsões, as incongruências teóricas ou as crises levam os economistas na direcção do realismo. Mas deviam levar. Hoje, com sinais ainda muito débeis de melhoria nas economias mundiais parece que ninguém quer aprofundar a reflexão sobre a crise. A aprendizagem que podia advir da crise ainda não se concretizou. A crise deveria levar à discussão sobre várias verdades cristalizadas no mundo actual. As teorias da Economia saltaram para o mundo real, em particular para as finanças. A crise que começou nas dimensões especulativas e na quebra de várias instituições financeiras repercutiu-se por quase todos os domínios do económico. A calamidade económica atingiu tais proporções que criou nesta discussão, como referem Blackenburg e Palma (2009), uma sensação de urgência na qual é fundamental redefinir o papel deste sector financeiro e a sua arquitectura actual. Duas das questões mais relevantes de discutir referem-se ao modelo de capitalismo adequado para responder às emergências do mundo actual e a reconfiguração do paradigma da ciência económica para uma Economia mais satisfatória. O artigo foca explicitamente a segunda.

A motivação para este texto deriva de diversos factores. Baseado na experiência profissional como economista, na prática docente em Econometria, e enquanto utilizador recorrente de uma alargada bateria de métodos quantitativos na investigação vejo-me confrontado com várias tensões a tenho cada vez mais dificuldades em responder com os referenciais da Economia Ortodoxa. No desenvolvimento da tese de doutoramento fui-me tornando atento à necessidade de compatibilizar métodos, adequá-los a objectos complexos, percebendo que o económico é um domínio vasto que está incrustado no social, dependente não só das preferências individuais dos agentes mas também de algo mais, que torna o colectivo em algo distinto da agregação simples dos indivíduos. É importante pensar o que é o plural,

incluindo temáticas e abordagens diversas mas, que não deve aos meus olhos, ser considerado fora do domínio da Economia. Não me revejo e discordo da posição mais extrema que recusa o interesse dos métodos quantitativos na Economia. Estes métodos têm o seu lugar.

Vários assuntos lançam fortes desafios à Economia e ao económico: a queda dos mercados e a ausência de auto-regulação, a evidente performatividade, a dominância de determinado estilo de pensamento no colectivo dos economistas, o excessivo formalismo como forma única de fazer ciência e novo conhecimento económico e a supressão do conteúdo normativo da ciência económica para afirmar a sua objectividade. Estes assuntos cruzam-se e sobrepõem-se em dois pontos relevantes: a necessidade de moralidade e de pluralidade na ciência (económica). A Economia enquanto ciência deve repensar a sua capacidade em aceitar teorias, e metodologias e valores diversos sem considerar que abdica da objectividade científica. Esta objectividade é representada por vários aspectos basilares do que se consideram como características da Economia, como o formalismo matemático ou a análise marginalista, e que reproduzem referenciais das ciências naturais mais reconhecidas e mais valorizados pelo público em geral. Estes pontos têm sido amplamente discutidos no último ano².

O artigo organiza-se em quatro partes. A primeira parte, beneficiando do carácter flexível e autobiográfico que os contributos para o colóquio permitiam³ recupera alguns fragmentos da minha história de vida, que se conectam com o trajecto profissional e com a visão construída sobre o economista, a Economia e o económico. Abstive-me de avançar com a minha interpretação dos impactos que essas situações tiveram em mim sabendo que foram muito influentes. Numa segunda parte, movido e inspirado pela recente atenção aos debates televisivos, imagina-se um debate entre a Economia Ortodoxa e a Economia Satisfatória. Na terceira secção, surge David Colander para defender o *mainstream* da ciência económica, que tinha ficado numa situação frágil após o confronto. No final as implicações em termos de ideias de moralidade e de pluralidade são aprofundadas para sublinhar a necessidade de mudança paradigmática na Economia que se faz e que se ensina. O artigo é um modesto contributo para a discussão do plural e da moral na Economia respondendo ao desafio de Hodgson (2008a: 277), que alerta para a necessidade deste debate:

“Unless mainstream economics takes heed of these warnings and proves its relevance for the understanding of the most severe crisis of the capitalist system since the 1930s, then it will be doomed to irrelevance. My suggestion is that a world protest of academic, student and business economists be organized to drive home this point. To avoid dismissal as yet another heterodox whinge, this protest has to be led by high-ranking economists that are concerned about the direction of our subject. I would like to put this issue at the top of our agenda.”

² Para uma visão geral desta problemática ver o número 33 do Cambridge Journal of Economics em 2009.

³ Coimbra C – Escalas e Transbordos, Primeiro Colóquio de Estudantes de Doutoramento do CES em 1 e 2 de Outubro de 2009.

2. Fragmentos e Construção da Percepção

Fragmento 1 – O que é um economista?

Lisboa, 1985

A eleição de Cavaco Silva, com a maioria absoluta captou a minha atenção para o economista que saído da investigação do económico participava na vida política. O período inicial desse governo ficou marcado por um ciclo de grande crescimento e pela euforia da adesão à CEE. Num segundo mandato por políticas económicas que sofreram forte contestação. Cavaco Silva respondia às críticas com uma frase que ficou célebre: “Nunca me engano e raramente tenho dúvidas!”.

Fragmento 2 – Para que serve a Economia?

Maputo, 1991

Na Costa do Sol rodava num Ford Laser com a minha mãe após parar num take-away para comprar uma galinha à cafreal. Enquanto roía os ossos das pernas bem grelhadas e picantes, sentado no banco de trás, atirava pela janela os pedaços de frango mal comidos. Olhava para um grupo de meninos de rua a correr atrás do carro. Que faziam? Corriam para apanhar os restos dos ossos pouco roídos...

Fragmento 3 – O que é a Economia?

Faro, 1998

Na manhã de um dia quente de Junho, numa sala da Tomás Cabreira, terceira fila do lado direito do Professor encostado à janela, via pela primeira vez o enunciado do exame nacional de Matemática. Após um último ano com notas tremidas eram agora as mãos que me vacilavam enquanto segurava a caneta e percebia que pouco sabia fazer. Aluno de “excelentes” a História, Filosofia e Economia, achei que ia chumbar e não ia para a universidade. Porque era tão importante a Matemática? Fechei os olhos, respirei, abri os olhos, e comecei a primeira resposta.

Fragmento 4 – A Ortodoxia da Economia?

Faro, 2000

No início do terceiro ano da licenciatura em Economia, um jovem professor tentava orientar os alunos verificando as suas angústias, se estavam satisfeitos com o curso, se queriam mudar e no final lançava um veredicto sobre o que achava para cada caso concreto. Quando chegou a minha vez apresentei as minhas razões. Achava que o método de ensino em Economia não promovia nem a criatividade nem originalidade nos estudantes, as aulas tinham demasiadas pessoas, o método era totalmente expositivo, a avaliação era baseada em testes individuais. As próprias disciplinas reflectiam uma teoria económica que, a meu ver, não explicava nada, que tinha uma excessiva matematização e modelação sem aderência à realidade. No secundário, tinha tido Economia e não se estudava apenas um modelo baseado num agente (consumidor ou empresa) que queria otimizar a sua situação sujeito a restrições. Estudava-se o desenvolvimento económico, a desigualdade, a tecnologia, a integração europeia. Nesta altura já os meus colegas se dividiam entre uma metade distraída e outra metade perplexa com o que eu estava para ali a dizer. O professor, que havia algum tempo que se estava a conter, disparou: “ Acho que devia mudar de curso!”

Fragmento 5 – O que é o económico?

Dublin, 2005

*Na zona do Temple Bar, à noite bebia uma Guinness após uma das minhas primeiras viagens como gestor de projectos europeus. Conversava amigavelmente com um irlandês desconhecido à porta de um qualquer pub, num diálogo que misturava o desenvolvimento da Irlanda com o potencial futebolístico de alguns jogadores da selecção portuguesa. De repente, apareceu um mendigo que pedia esmola. Tinha uns trocos, e também já tinha bebido a minha conta. Tirei a mão do bolso com umas moedas e dei-lhe. O homem, de origem do leste europeu, foi-se embora infeliz, como só podia estar, mas com dinheiro para comprar um cachorro quente para o estômago se acalmar. Nisto o irlandês exaltou-se e começou a gritar comigo: “Why did you gave money to that piece of s****? These are the guys that are robbing our jobs!!! Blablaba!” Virei costas e fui-me embora para o hotel. Mas a pensar no estranho e desagradável da situação.*

3. UM DEBATE ENTRE A ECONOMIA ORTODOXA E A ECONOMIA SATISFATÓRIA

O que muitos economistas ortodoxos acreditam é substancialmente diferente de uma perspectiva, que defino como Economia Satisfatória (Pinto, 2008) onde existe uma mensagem comum e transversal da importância das instituições, do comportamento organizacional, da eficiência adaptativa, de incerteza e limitações informacionais e decisoriais que trazem para a discussão problemas paralelos como são as normas, *habitus*, culturas, contextualidades, ou seja, processos de estruturação das interações

(Reis, 2007). Hodgson (2008b, 2007) explicita diferenças entre a Economia Ortodoxa e esta alternativa mais alargada e inclusiva, defendendo mesmo que esta corrente mais evolucionista e institucionalista pode vir a constituir-se como um novo *mainstream*. Baseado nos contrastes indicados nessa oportunidade por Hodgson e, vagamente, em Lawson (2003, 2005) mas também inspirado pelo sucesso dos debates televisivos políticos das legislativas 2009 em Portugal (que tiveram tanta audiência como alguns jogos de futebol!) é interessante imaginar que uma discussão entre a Economia Ortodoxa (EO) e a Economia Satisfatória (ES) também poderia ter pertinência e ser transmitida em directo. É essa a viagem proposta nos próximos minutos!

Num estúdio de televisão...

E(ntrevistador): Boa noite, senhores telespectadores. Caras senhoras. Por sorteio irá começar a Professora Doutora Economia Ortodoxa sendo que a Sra. Economia Satisfatória responderá a seguir. Começamos por uma pergunta essencial. Então o que é afinal a ciência económica? Não se aceita a resposta que a Economia é o que os economistas fazem...

EO: Boa noite. Como disciplina a Economia é definida em termos de um conjunto de pressupostos centrais e técnicas analíticas. Baseada no pressuposto da escassez, é a ciência da escolha, que pode ser aplicada a diferentes domínios que envolvam a decisão humana, dos mercados, passando pela criminalidade até ao casamento.

ES: Boa noite. A minha posição diverge completamente da Sra. Professora. A Economia é o estudo científico de um objecto real – o económico. O económico é parte da sociedade humana e relaciona-se principalmente com a produção e a distribuição de riqueza.

E: Outra questão, os economistas muitas vezes parecem desprezar outras ciências sociais. Porquê?

EO: Os economistas são profissionais altamente respeitados no mundo actual. Tal é visível por exemplo com taxas de empregabilidade superiores dos jovens licenciados face a outras áreas como a Sociologia, o Direito ou a História. O conhecimento gerado pela Economia é também muito valorizado e com grande visibilidade pública, principalmente devido ao poder dos pressupostos centrais da ciência económica e das técnicas analíticas utilizadas. A formação dos economistas é principalmente uma questão de aprendizagem e desenvolvimento de aptidões analíticas para o desenvolvimento de modelos. Dada a objectividade da Economia os economistas não precisam de saber muito sobre outras disciplinas.

ES: Concordo com o retrato efectuado sobre a actual situação da Economia. Mas note-se que esta valorização tem sido cada vez mais debatida e foco de insatisfação pública. Por exemplo, o que está escrito nas paredes da Aula Autónoma do ISCTE. O entendimento do económico carece da apreciação

de mecanismos diversos da acção humana. A Economia não tem o monopólio do entendimento sobre o económico. Disciplinas como a Sociologia, a Psicologia, a História ou a Ciência Política fornecem contributos essenciais para o conhecimento dos comportamentos humanos e as instituições económicas. O trabalho do economista nestas disciplinas de fronteira é muito importante. O senso comum treinado é também muito relevante.

E: Mas esta posição não tem implicações na objectividade da ciência económica?

EO: Na minha posição é evidente. A precisão, em termos matemáticos, é uma virtude suprema que confere à Economia um carácter distinto e robusto das outras ciências sociais em termos de objectividade. A Economia é capaz de aconselhar a decisão política porque escolhe. Os políticos dizem “*quero um número!*”. E nós damos. Não oferecemos uma panóplia interminável de factores importantes. Conseguimos definir quais as variáveis que mais influenciam no comportamento dos agentes para se poder actuar sobre eles.

ES: Preliminarmente, há que referir que as noções de objectividade que a Economia Ortodoxa tem são importadas das ciências naturais que têm, como é evidente características muito distintas do que deve ser a objectividade nas ciências sociais. Sigo, aliás, com algum riso interior o discurso da centralidade da precisão matemática. Mas então e a precisão em relação a conceitos centrais como mercado e empresa? Esta precisão não é relevante? A minha posição é que a precisão conceptual é tão importante como a precisão matemática. Mas atenção, nenhuma ciência consegue ser totalmente precisa. Mais vale estar aproximadamente correcta que precisamente errada.

E: E a abordagem metodológica? Como se aproxima a Economia de um determinado objecto?

EO: A melhor forma de perceber um fenómeno é construir um modelo com *assumpções* simples. A parcimónia é uma condição essencial para se conseguirem alcançar explicações adequadas da realidade económica. O equilíbrio é um aspecto central. Nos modelos explicativos os mercados tendem a equilibrar-se fruto de mecanismos como os rendimentos decrescentes.

ES: Os modelos são muito úteis mas a sua capacidade explicativa é limitada face a fenómenos altamente complexos. A simplificação apropriada é matéria para considerações críticas e experimentação. Um conhecimento profundo sobre o contexto histórico e institucional é muitas vezes mais relevante que um modelo matemático. Os modelos têm um estatuto ontológico distinto da realidade. Apesar desta ser um sistema aberto, os modelos sistemas fechados, baseados em econometria ou matemática podem ser apropriados. Compreendo que os modelos nunca podem ser uma representação exacta da realidade mas permitem um entendimento parcial. O método não é essencial nem parte central do que é a Economia. Depende da situação concreta em estudo, existem métodos mais adequados e outros métodos menos relevantes, e por vezes mesmo inúteis.

EO: Metodologicamente a Economia começa na análise do indivíduo. O agente, a empresa, o consumidor, é levado para o centro da análise. Cada indivíduo tem um leque de preferências

individuais que tenta otimizar de acordo com as restrições a que está sujeito. A sociedade é composta pela agregação dos indivíduos. A racionalidade é a pedra basilar da ciência económica. Pode ser definida em termos de consistência de comportamento individual. Significa que ao agir e interagir o indivíduo tem planos lógicos tentando otimizar a sua satisfação. A racionalidade pressupõe que o agente é capaz de estabelecer uma ordenação transitiva de preferências. O indivíduo é sempre o melhor juiz dos seus interesses. Os assuntos morais relevantes são redutíveis a questões de preferência individual ou utilidade.

ES: Todas as ciências sociais começam dos indivíduos e das relações entre os indivíduos. Mas a Economia continua apaixonada pela ideia do Robinson Crusoe, sozinho numa ilha, onde ocasionalmente interage com o Sexta-feira. Na prática nem o mais ortodoxo dos economistas parte do indivíduo sozinho. A sociedade não é uma mera colecção de indivíduos, é também os seus sistemas de regras que permitem a interacção e comunicação. A estrutura social e a agência humana são mutuamente constitutivas. Esta ideia da ligação agência-estrutura é largamente compatível com a noção de causalidade descendente reconstrutiva, que permite ultrapassar a dicotomia entre individualismo e colectivismo metodológico. A retórica da racionalidade é uma imagem grosseira das disposições e mecanismos psicológicas e contextuais que moldam a acção. Existem abundantes evidências que os seres humanos não são completamente egoístas, mesmo quando nos limitamos ao mundo empresarial. Esta visão do individualismo enquanto referencial do comportamento humano também corrompe a acção humana no mundo real. Devido às diferentes capacidades cognitivas e acesso à informação nem sempre o indivíduo é o seu melhor juiz. Mas atenção, nem o indivíduo nem o Estado devem ser juízes incontestados do bem-estar individual. Processos democráticos participados são essenciais para a identificação e avaliação das necessidades humanas. Os julgamentos morais diferem das preferências individuais principalmente porque devem ser universais e não meramente uma convenção. Este é uma das razões que todas as sociedades têm imperativos morais que limitam o comportamento individual.

EO: Um exemplo da capacidade da nossa abordagem é a análise da Economia do Bem-estar. Uma aplicabilidade quase universal, com grande interesse grande para a discussão da sustentabilidade ambiental, da educação ou da saúde.

ES: Cara Sra. Professora. Eu acho que esse exemplo excelente mas para ilustrar precisamente o contrário. Os limites dessa análise centrada na utilidade são visíveis nos três temas que identifiquei. Porque não fornecem as avaliações adequadas. Necessidades básicas e preocupações de equidade e de informação limitada são demasiado importantes nestas áreas e não podem ser menosprezadas.

EO: Mas concerteza concorda que as recomendações de bem-estar devem ser eficientes à Pareto...

ES: Nem por isso, o critério de eficiência de Pareto não é *standard* único para a avaliação de bem-estar. Hoje muitos economistas defendem critérios diferentes como a soma total da felicidade humana que muito dificilmente pode ser eficiente à Pareto. O aspecto central é a felicidade humana.

E: Então como enquadrar as ideias de escassez e racionalidade neste debate? Como se interligam as duas noções?

EO: A escassez é uma noção essencial para compreender a racionalidade, submete desde sempre todos os homens às suas regras, levando-os a que estes se organizem e a estabeleçam relações para contornar os seus efeitos. Por exemplo, a divisão do trabalho ou outros comportamentos de natureza económica surgem para melhor alocar os meios escassos em relação aos vários fins possíveis. No mundo real a escassez está sempre presente e os agentes têm que decidir racionalmente como usar os limitados recursos disponíveis.

ES: Apesar da escassez ser considerada central nas ideias dos economistas ortodoxos, o processo de decisão de capacidades computacionais humanas são tomadas como infinitas. No mundo complexo, estas capacidades humanas são altamente limitadas, nas noções mais elaboradas de racionalidade a razão é adicionada de intuição e imitação. Para além desses limites, pressupostos como a informação perfeita não se concretizam no mundo real. Os indivíduos interpretam a informação disponível de forma diferenciada com base na sua aprendizagem pessoal e inserção colectiva. As teorias da escolha racional, que cinge os comportamentos à maximização do lucro das empresas ou da utilidade das famílias, é posto em causa por um número de reflexões que sublinham como o processo de escolha humana não é livre de erros, não ignora factores emocionais nem se materializa fora de um contexto social específico. A noção de racionalidade limitada é relevante para compreender a decisão humana.

E: Última questão. E os mercados?

EO: Os mercados são o contexto universal da interacção humana. Os mercados são o melhor mecanismo para a promoção do crescimento. Mesmo os mercados financeiros, hoje criticados são um bom exemplo, normalmente são auto-regulados e indutores de eficiência. O mercado livre é genericamente benéfico para todos, dos mais pobres aos mais ricos, quer estejamos a considerar o nível individual quer agregado. A mão invisível encarrega-se de levar os agentes para o óptimo e os mercados para o nível potencial no longo prazo. O desenvolvimento económico é principalmente uma consequência da “exportação” dos mercados concorrenciais. Os mercados têm falhas que não permitem alcançar a situação óptima. O papel do Estado é eliminar as restrições para que os mercados possam funcionar e mostrar a sua virtuosidade.

ES: Os mercados são uma instituição específica que organizam as trocas. Os mercados diferem em termos das suas regras e resultados procurados. Os mercados têm uma história recente, surgiram nos últimos dois mil e quinhentos anos. Raramente emergem espontaneamente, envolvem custos de criação e um leque alargado de condições prévias. Os mercados necessitam de regras para operarem,

como a protecção da propriedade privada e a capacidade de *enforcement* dos contratos. Os mercados falham na provisão de bens com as características de bem público. Os problemas de incerteza e de racionalidade limitada provocam instabilidade. Neste caso como acontece nos mercados financeiros apenas a regulação pode controlar esta inconstância. O desenvolvimento dos actuais países mais ricos não foi num contexto de comércio livre. Os rendimentos crescentes, o desequilíbrio a causalidade cumulativa são essenciais à compreensão da realidade concreta. A história é crucial e existem dependências da trajectória. Sem as instituições adequadas ao nível nacional e internacional a prática do comércio livre significa que as empresas nascentes têm dificuldades em competir com as empresas estabelecidas (muitas vezes grandes corporações) do estrangeiro. Sem uma administração nacional robusta e instituições financeiras, legais e administrativas um mercado concorrencial é impossível. O desenvolvimento económico requer tais instituições!

E: Minhas senhoras, agradeço a vossa participação e penso que este debate foi esclarecedor sobre as vossas posições e argumentos.

Nas horas seguintes ao debate, os vários espaços informativos da comunicação social discutiam quem teria tido mais sucesso, onde estavam os argumentos mais fortes, quem afinal tinha ganho a discussão.

4. A Defesa do *Mainstream*

Se um debate deste tipo acontecesse a Economia Ortodoxa não sairia intocada. Os pontos apresentados pela Economia Satisfatória são relevantes e deixam uma posição desconfortável à Sra. Professora. Muitos tentam defender a posição da EO. Revisitar as ideias de Colander (2004) pode ser interessante enquanto defesa do *mainstream* da teoria económica. De notar que o *mainstream* e a ortodoxia não são exactamente a mesma coisa, mas que coincidem largamente em muitos pontos, numa visão kuhniana, na fase de ciência normal. Mais à frente voltaremos a esta questão. Colander apresenta-se como um economista “comum” a tentar defender os pontos de vista do *mainstream*. Colander enuncia algumas das acusações à profissão de economista, que os heterodoxos definem como oposta ao pluralismo e dogmaticamente amarrada à ortodoxia. O autor refere como muitos pensadores sugerem que têm existido tentativas de eliminar a diversidade de ideias no seio da disciplina, através de actuações concretas como, por exemplo, a eliminação da História do Pensamento Económico dos currículos dos futuros economistas. Colander responde a esta sugestão introduzindo a discussão de se considerar determinado grupo como ideologicamente enviesado. Acusar um grupo como ideologicamente enviesado é, segundo o autor, uma discussão inútil, uma vez que todos o são, inclusive os economistas. O enviesamento ideológico acontece principalmente por dois tipos de razões. O primeiro tipo refere-se ao facto da Economia estar próxima das deliberações políticas em que muitas vezes a presença da ideologia é um requisito para dar sentido e significado aos conceitos teóricos. Um

segundo relaciona-se com a manutenção do *status quo* (entendido como o poder de determinado grupo). Colander é altamente crítico a este segundo tipo de razão, uma vez que concebe a investigação como crítica aos factores dominantes na sociedade para poder ser uma alavanca da mudança. Colander continua com algumas observações sobre os economistas, defendendo que o desinteresse dos economistas do *mainstream* em ideologia é porque esse não é um assunto do seu interesse específico. Os economistas não se pensam como políticos mas como técnicos, estudando relações empíricas e percebendo como funcionam as políticas. Os economistas do *mainstream* não são mais conservadores que a população em geral (talvez possam ser mais conservadores que a maioria da comunidade académica). Um exemplo curioso de referir é o caso exposto por Colander da contratação falhada de um bom professor “ortodoxo” devido ao bloqueio efectuado por parte de colegas “heterodoxos” de um departamento. Algumas críticas ao *mainstream* da Economia não são dirigidas ao facto de ter um enquadramento ideológico mas sim por ir contra a ideologia que determinados grupos heterodoxos defendem. Colander refuta a acusação do *mainstream* ser mais enviesado ideologicamente que outras correntes, em particular, porque muitas vezes estas acusações partem muitas vezes de autores conhecidos pelas suas posições ideológicas. Em geral quase todos os grupos heterodoxos podem ser classificados como Esquerda ou Direita.

Colander expõe dois argumentos que tentam desconstruir a remoção de História do Pensamento Económico dos *curricula* como mecanismo de uniformização das ideias:

- i) A disciplina pode ser estruturada de formas tão distintas que permite abordar e valorizar qualquer temática da ciência económica (pode ir desde o destaque do caminho percorrido de Adam Smith à Escola Neoclássica ou a história dos últimos vinte anos de desenvolvimentos teóricos);
- ii) os estudantes têm vindo a mostrar um desinteresse na disciplina preterindo-a face a disciplinas mais técnicas com maior adequabilidade a necessidades do mercado laboral.

Colander recusa a instrumentalização política das teorias da escolha racional como ferramenta para salvar o capitalismo enquanto modo de organização da sociedade. Colander rejeita esta visão por dois motivos, i) a teoria da escolha racional não deve ser vista como uma arma de qualquer guerra mas sim como um programa científico interessante para um leque alargado de investigadores e de temas; e ii) os investigadores juntam-se a *think tanks*, como o RAND, não por qualquer cabala ou conspiração, mas porque nestes *fora* estão as pessoas mais interessantes e também recursos financeiros consideráveis para a prossecução das pesquisas. As noções actuais de racionalidade do economista do *mainstream* transcendem em muitos aspectos a concepção restrita de racionalidade que muitas vezes se sugere que ainda é utilizada.

Colander levanta a questão da possibilidade de um dos problemas da Economia actual ser a preocupação excessiva em não ter um enviesamento ideológico. Para evitar enviesamentos há que ter em atenção as distinções necessárias entre a Economia Positiva (Pura) e a Economia Aplicada (Impura

como lhe chama Reis, 2007) com um regresso às *Arts* perdidas com o seu importante poder normativo. Smith e Stuart-Mill não estavam preocupados com o seu enviesamento ideológico. Tal como Colander, que defende no final, que o *mainstream* e os mercados são as alternativas menos más para a teoria económica e para a organização da sociedade⁴.

5. Implicações para a Economia

5.1. Ideias de Pluralidade

“...the master-economist must possess a rare combination of gifts. He must reach a high standard in several different directions and combine talents not often found together. He must be a mathematician, historian, statesman, philosopher – in some degree. He must understand symbols and speak in words.

He must contemplate the particular in terms of the general, and touch abstract and concrete in the same flight of thought. He must study the present in the light of the past for the purposes of the future.

No part of a man’s nature or his institutions must lie entirely outside his regard. He must be purposeful and disinterested in a simultaneous mood; as aloof and incorruptible as an artist, yet sometimes as near the earth as a politician.”

John Maynard Keynes, 1924⁵

“[...] I say of methods that economics has to use every method known to science. And as to the scope, I say ‘Economics is the study of mans actions in the ordinary business of life... it inquires how he gets his income and how he uses it’.”

Alfred Marshall, 1889

O modelo padrão da EO, a racionalidade otimizadora, o equilíbrio a eficiência dos mercados, criam limitações que ficaram bem evidenciadas nos pontos anteriores, potenciadas pelos exageros do individualismo metodológico, do formalismo matemático e da obsessão pela modelação. A Economia vive um momento em que o paradigma dominante baseado na Escola Neoclássica começa a ser limitado. A teoria escolha racional e o seu individualismo metodológico, como é tradicionalmente ensinada e utilizada a Economia na investigação, é uma abordagem desadequada para a compreensão do mundo. Os métodos quantitativos têm uma hegemonia clara, e criam a ilusão de uma aproximação à objectividade preconizada pelo padrão das ciências naturais. Neste ponto distanciamo-nos no entanto

⁴ Um ponto a reflectir é se neste preciso momento, com a crise económica gerada pela desregulação dos mercados financeiros, Colander iria afirmar isto com a mesma convicção.

⁵ Citações a Keynes e Marshall retiradas de Marchionatti (2002).

da posição radical de Lawson (2009) que rejeita qualquer tipo de modelação econométrica ou baseada em inferência estatística para explicar o económico. O autor refere que partir de sistemas fechados para a explicação da realidade complexa, que é um sistema aberto não é adequado. A posição de Hodgson (2007), que discorda de Tony Lawson, é mais ponderada ao evidenciar que ontologicamente existe uma distinção entre o que é um modelo e a própria realidade. É sempre, por definição, objectivo de um modelo a compreensão de uma parte limitada de um fenómeno.

Chick (1998) apresenta argumentos a favor da pluralidade. O formalismo existente confia excessivamente nos seus métodos, que não são tão robustos nem tão independentes do utilizador quanto advoga. A imprecisão que os métodos formais parecem suprimir apenas acontece em teoria, porque o objecto, o económico, continua vago e complexo como com qualquer outro método. Sheila Dow (2007) também defende o pluralismo. A fertilização cruzada é um aspecto positivo para robustecer uma ciência mas é necessária ainda maior atenção ao rigor e imprecisão (que podem surgir neste contexto com significados distintos).

Vale a pena especificar uma técnica específica que tem sofrido grande atenção (Pinto, 2009). A econometria que surgiu como um programa de investigação que apontava essencialmente para a supressão das falhas de mercado e a regulação no económico foi absorvida pelo paradigma teórico dominante (Louçã, 2003). Actualmente a crítica à universalidade da econometria enquanto solvente universal é grande. Ao aceitarem-se os métodos complementares, pode-se eliminar grande parte das restrições e distância para a realidade da econometria. As estimativas econométricas devem ser interpretadas com uma “*pitada de sal*”, com a consciência que em vários fenómenos a econometria é de uso muito limitado (Swann, 2006). A econometria tem um lugar importante na Economia Aplicada, mas um papel mais modesto do que agora lhe é conferido, quando se assume em muitas escolas que uma tese sem econometria avançada não é uma tese em Economia. Colander et al (2009) e Jeselius (2009) também entram nesta controvérsia, mostrando que os modelos econométricos têm culpa da crise actual ao basearem-se nas *assumpções* irrealistas de expectativas racionais e de agente representativo. Especificações mais realistas construídas de uma base empírica para contrastar com a modelação guiada por crenças pré-analíticas sobre a validade de determinado modelo podem ser adequadas. A forma de recuperar a Economia passará também pela construção de uma abordagem formal que seja apropriada à complexidade. Estes autores indicavam os modelos cointegrados VAR (Vector Autoregressive) como capazes de detectar estruturas robustas por detrás dos dados empíricos e um ponto de partida para uma tal abordagem.

Não é particularmente útil discutir os instrumentos apenas pelas limitações no método. Mas sim porque um único método é parcial. O pluralismo é útil para defender o trabalho da Economia ajustando os métodos escolhidos ao objecto de estudo.

Um leque muito alargado de heterodoxias tem ganho relevância acrescida na teoria económica (Davis, 2006). A Economia Neoclássica enquanto poder dominante pode estar com o tempo contado. Se pensarmos que uma ciência depende da instrução e da investigação dessa disciplina, compreendemos que apesar da instrução permanecer eminentemente ligada à ortodoxia a investigação é cada vez mais caracterizada por um elevado grau de pluralismo teórico e metodológico. A investigação que vingar irá ser sintetizada e transposta para a instrução, o que acontece primeiramente em programas avançados, por exemplo nos programas doutorais, que forçam o alargamento da fronteira de investigação, algo que pode ser ilustrado com a expansão nos anos oitenta com a evolução da atenção dada a programas na Teoria do Jogos. Davis ilustra a sua ideia de expansão e contracção da ortodoxia com a capacidade intrínseca de reforçar a sua componente explicativa no *mainstream*, o que se reflecte na capacidade de exportar referenciais teóricos e metodológicos para outras áreas científicas, ou pelo contrário, aumentar o pluralismo no *mainstream* importando conteúdos de outras ciências. Esta visão da consolidação de um corpo teórico enquanto ortodoxia como uma Balança Comercial pode ser ilustrada pelo momento conhecido como o Imperialismo da Economia (onde por exemplo Gary Becker levou a teoria da escolha racional para temas como o crime ou o matrimónio), ou por outro lado, o momento actual de pluralismo alargado, que Davis define como Imperialismo Revertido. Em momentos de paradigma dominante (expansão), de ciência normal, os economistas não sentem necessidades de perceber a história da evolução da disciplina e justificar as suas opções metodológicas quando ligadas ao que defende a ortodoxia. No momento actual continua a existir uma separação evidente entre ortodoxia e heterodoxia, sendo que Davis refere que poderá estar a existir uma apropriação selectiva do *mainstream* de muitos conteúdos heterodoxos.

Davis avança com justificações para podermos compreender o fim da Economia Neoclássica como paradigma dominante: i) *the breakdown view* – que defende como o aumento de fenómenos que não são explicadas pela teoria existente, vai originando uma série de teoremas da impossibilidade, até que o corpo teórico já não incorpora explicações satisfatórias e simplesmente deixa de ser interessante; ii) *the outsider takeover view* – explicita que na fase de Imperialismo Revertido uma ideia externa pode afirmar-se como a solução mais robusta e assumir-se como novo *mainstream*; e iii) *the maturity view* – o programa de investigação é finalizado, respondeu às perguntas que lhe eram formuladas de forma satisfatória, mas já não é relevante para novas perguntas.

O *mainstream* da Economia é cada vez menos a ortodoxia da Economia, um grupo cada vez mais alargado de pensadores heterodoxos vê-se como membro do *mainstream* e é reconhecido pela elite do *mainstream* como elemento integrante deste colectivo. Mas defender a morte da Escola Neoclássica e a queda da ortodoxia pode ser excessivo quando actualmente o ensino é marcadamente dominada pelas ideias da escolha racional e quando os economistas que trabalham na Economia Aplicada continuam, numa proporção muito elevada, a utilizar quadros conceptuais e metodológicos provenientes da Economia Neoclássica. Ao pluralismo teórico já enraizado em várias abordagens

heterodoxas, na investigação e na formação avançada, poderá emergir um novo pluralismo metodológico. Mas não poderá o pluralismo fragmentar a própria Economia? E se acontecer essa fragmentação é um problema?

5.2. Ideias de Moralidade

“[...] economics is essentially a moral science and not a natural science. That is to say, it employs introspection and judgements of value.”

John Maynard Keynes, 1938

A expurgação do conteúdo normativo da Economia acontece com Lionell Robbins (1932) ao diferenciar a Política Económica (*Political Economy*) da ciência económica (*Economics*)⁶. Esta ideia já vinha de Maffeo Pantaleoni em 1898 ao definir a Economia Pura enquanto domínio que englobava as definições fundamentais, teoremas e classificações que constituem a ciência económica, na qual a arte económica, associada à Economia Política caía fora do seu âmbito⁷. Esta visão procurava essencialmente responder a Alfred Marshall com o seu *Principles of Economics* (1890) onde se optava por agregar as duas vertentes da Economia.

A noção do que é a Economia faz parte dos manuais introdutórios à disciplina. A Economia é apresentada aos estudantes do Ensino Superior como a ciência da escassez tendo uma vertente positiva e uma normativa. Tomando como referência um dos mais utilizados manuais (Frank, 1991) a vertente positiva refere-se às consequências específicas de políticas específicas e de arranjos institucionais, enquanto a normativa preocupa-se sobre que políticas ou arranjos institucionais levam para o melhor resultado tendo em consideração determinados valores subjectivos. Na verdade, não esperava, na releitura deste manual encontrar uma distinção tão robusta e mesmo cativante com a utilização de noções ligados às teorias institucionalistas. O problema vem depois, ao trazer para a o quotidiano do ensino e da prática da investigação, a ideia de Robbins que considerava apenas a Economia Positiva como ciência reservando para a componente normativa da Economia e às outras ciências sociais e humanas um papel de conhecimento útil mas não científico.

⁶ Note-se que Robbins vivia uma contradição. Enquanto pensador apresentou uma Economia baseada nas ideias de escassez e na eliminação dos conteúdos normativos mas enquanto cidadão teve muitas reticências em utilizar esse referencial nas suas actividades profissionais, nomeadamente na gestão de artes e cultura (cf. Balisciano e Medema, 1999).

⁷ Como discutido em Colander (2007).

A discussão da normatividade na Economia é aprofundada por Crespo (1998a, 1998b, 1998c)⁸ ao reabilitar a noção aristotélica de ciência prática como útil para compreender a cientificidade das ciências sociais. As ciências práticas são ciências porque cumprem o pressuposto essencial de serem um conhecimento discursivo a partir de certos processos que são as causas do que se procura explicar, e de serem um conhecimento demonstrativo, sobre um objecto relativamente universalizável. Uma ciência prática está ligada à acção humana e pressupõe sempre um juízo moral. As características de uma ciência prática são a inexactidão, o fim prático, o carácter normativo-ético, a importância central da experiência e o pluralismo metodológico, traços que ligam com as características da Economia da actualidade. Estas características mostram que as ciências sociais procuram alcançar um nível de exactidão (que se confunde com objectividade) que não é adequado ao tipo de conhecimento que produzem e utilizam. Uma ciência social tem um propósito teórico e formal mas é sempre ligada à acção devido ao carácter prático que define o seu estatuto epistemológico. A definição aristotélica *oikonomiké* era ligada à boa vida, uma vida moral. A ideia de Economia Política e de *Economics* só faz sentido em articulação, em unidade, uma Economia enquanto engenharia do económico. Mesmo que pensemos na definição de Robbins como meramente descritiva, o que os economistas faziam na sua altura, esta já não se adequa ao que fazem actualmente. A moral tem espaço na Economia: relaciona-se com a boa vontade dentro de cada indivíduo, a vontade da equidade entre seres humanos e que deve guiar todos.

Uma ciência social será sempre enviesada moralmente. Existem implicações das teorias no mundo real e nas políticas que os seguem e nos agentes que a elas se adaptam – note-se a influência da Escola de Chicago nas economias liberais de mercado⁹ (como os Estados Unidos ou o Reino Unido). A dificuldade em distanciar o investigador do seu objecto afunda-o no social dificultando e condicionando as análises efectuadas à posição do observador. As teorias construídas nas ciências sociais alteram o próprio objecto, modificando os comportamentos dos seres humanos. Devemos sempre é saber o que queremos da ciência (económica). A discussão dos meios não é independente dos fins. A Economia é uma ferramenta para a felicidade humana e não deve ser limitada à competitividade e a visão estrita de eficiência. O económico é um domínio da vida humana com relações entre actores e instituições, caracterizados pela complexidade, o desenvolvimento e a mudança, composto por fluxos de trocas e uma inexpurgável dimensão ético-normativa. Não é válido retirarmos a análise dos fins da análise da Economia arrastando consigo os valores para legitimar uma visão positivista de ciência. As ciências naturais têm sido muitas vezes referenciais desadequados de objectividade e qualidade científica nas ciências sociais (Prpic, 2009). É crucial refundar a ciência económica com base num paradigma diferente que permita compatibilizar o que é a objectividade com a introdução dos valores na análise. Tal só é possível renovando a concepção de Economia.

⁸ Boettke (1998) respondeu a Crespo a tentar ilustrar que a lógica económica pode ser isenta de valores.

⁹ Ver Hancke (2009) para actualização do debate das Variedades de Capitalismo (Hall e Soskice, 2001).

6. NOTAS CONCLUSIVAS (AUTOBIOGRÁFICAS)

Como já perceberam não mudei de curso. Mas no terceiro ano da licenciatura a Economia parecia-me uma ciência que se queria impor à realidade. Não era a ciência que tentava explicar a realidade, a realidade, se tudo funcionasse de uma forma (fórmula mágica?) específica iria levar aos resultados apresentados pela teoria, centrados no equilíbrio e na eficiente utilização dos recursos. Apesar da excessiva importância dada aos métodos matemáticos e estatísticos, às contabilidades e finanças e o menosprezo pelas cadeiras de História e Sociologia, continuei a acreditar. Os modelos centrados apenas numa unidade de análise, o consumidor, a empresa, o mercado específico pareciam-me sempre, demasiado incompletos. Aqueles modelos não reflectiam a realidade que eu via na vida quotidiana e pensava que as teorias económicas deviam reflectir o que observava na realidade. Mas a Economia ainda iria ser complementada com visões que ajudavam a compor o quadro. No Secundário, tinham-me mostrado uma Economia que podia ser interessante. Nesse ano da licenciatura (em que o professor me deu essa grande dica para mudar de curso) tive disciplinas como Economia do Desenvolvimento e Economia Internacional que me deram uma visão mais abrangente dos problemas. No último ano (que com Bolonha já não existe), tive um conjunto alargadíssimo de disciplinas, muitas delas optativas que vieram eliminar quaisquer dúvidas que tivesse sobre o grande interesse em estudar a Economia. Disciplinas como Economia da Inovação, introduziram temas novos como a importância da inovação, da ciência e da tecnologia, os limites da análise neoclássica e quais as alternativas mais robustas. Foi aí que li pela primeira vez “*A Evolução das Teorias Evolucionistas*” (Louçã, 1999).

Referências

- Balisciano, M. L., e Medema, S. G., (1999) *Positive science, normative man : Lionel Robbins and the political economy of art, History of Political Economy*, Duke University Press, 31, pp 256-284
- Blakenburg, S., e Palma, J. G., (2009) *Introduction: the global financial crisis*, Cambridge Journal of Economics, 33, pp 531-538
- Boettke, P. J., (1998b) *Controversy: Is Economics a Moral Science? A Response to Ricardo F. Crespo*, *Journal of Markets and Morality*, Centre for Economic Personalism, 1, nº. 2, pp 212-219
- Colander, D., (2007) *What was “It” that Robbins was defining*, Middlebury College,
- Colander, D., (2004) *Economics as an Ideologically Challenged Science*, Middlebury College Economics Discussion Paper Nº 04-22
- Colander, D., Föllmer, H., Haas, A., Goldberg, M., Juselius, K., Kirman, A., Lux, T., Sloth, B., (2009) *The Financial Crisis and the Systemic Failure of Academic Economics*, Kiel Working Paper, 1489, Institut für Weltwirtschaft, Kiel
- Chick, V. (1998) *On Knowing One’s Place: The Role of Formalism in Economics*, *The Economic Journal*, 108, pp 1859-1869

- Crespo, R., F., (1998a) *Controversy: Is Economics a Moral Science?*, *Journal of Markets and Morality*, Centre for Economic Personalism, 1, nº. 2, pp 201-211
- Crespo, R., F., (1998b) *Controversy: Is Economics a Moral Science? A Response to Peter J. Boettke*, *Journal of Markets and Morality*, Centre for Economic Personalism, 1, nº. 2, pp 220-225
- Crespo, R. F., (1998c) *La ciencia práctica y sus características: ensayo de sistematización y aplicación a la economía*, *Analogía filosófica: revista de filosofía, investigación y difusión*, Vol. 12, Nº 2, pp 173-196
- Davis, J., (2006) *The turn in economics: neoclassical dominance to mainstream pluralism*, *Journal of Institutional Economics*, 2(1), pp 1-20
- Dow, S., (2007) *Variety of Methodological Approach in Economics*, *Journal of Economic Surveys* 21(3), pp 447-19
- Frank, R. H., (1991) *Microeconomics and Behavior*, International Edition, Singapura: McGraw-Hill
- Hall, P. A. e Soskice, D., (2001) *An Introduction to Varieties of Capitalism* in Peter A. Hall e David Soskice, (ed.), *Varieties of Capitalism: The institutional foundations of comparative advantage*. Oxford: Oxford University Press, pp 1-68
- Hancke, B., (2009) *Debating Varieties of Capitalism - A Reader*, Oxford: Oxford University Press
- Hodgson, G., (2008a) *After 1929 economics changed: Will economists wake up in 2009?*, *Real-world economics review*, issue no. 48, pp 273-278
- Hodgson, G., (2008b) *What is Wrong with Mainstream Economics? And How Could Economics be Improved*, disponível online <http://www.feed-charity.org/our-differences-with-mainstream-economics.htm>
- Hodgson, G., (2007) *Evolutionary and Institutional Economics as the New Mainstream?*, *Evol. Inst. Econ. Ver.* 4(1), pp- 7-25
- Juselius, K., (2009) *Time to reject the privileging of economic theory over empirical evidence? A Reply to Lawson (2009)*, *Discussion Papers*, Department of Economics, University of Copenhagen
- Lawson, T., (2009) *The current economic crisis: its nature and the course of academic economics*, *Cambridge Journal of Economics*, 33, pp 759-777
- Lawson, T., (2005) *The Nature of Institutional Economics*, *Evol. Inst. Econ. Rev.*, 2(1), pp 7-20
- Lawson, T., (2003) *Institutionalism: On the Need to Firm up Notions of Social Structure and the Human Subject*, *Journal of Economic Issues*, Vol. XXXVII, Nº. 1, pp 175-207
- Louçã, F., (2003) *Modernização, modernismos e o mistério da teoria crítica na economia* in Santos, Boaventura Sousa (ed.) *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 583-603
- Louçã, F., (1999) *A Evolução das Teorias Evolucionistas*, in Godinho, M. M., e Caraça, J., (eds) *O Futuro Tecnológico – Perspectivas para a Inovação em Portugal*, Oeiras: Celta Editora
- Marchionatti, R., (2002) *Dealing with complexity: Marshall and Keynes on the Nature of Economic Thinking*, Working paper No. 01/2002, Department of Economics S. Cognetti de Martiis, Università di Torino
- Pinto, H., (2009) *Possibilidades para uma Economia Não-Quantitativo Dependente: A Pluralidade dos Métodos face à Dominância da Econometria*, *Discussion Papers Spatial and Organizational Dynamics*, CIEO, Faro (no prelo)
- Pinto, H., (2008) *Caminhos para uma Teoria Económica Satisfatória: Transcender os Limites da Ortodoxia com as Visões Institucionalistas*, e-Cadernos, Nº 2, CES; Coimbra
- Prpic, K., (2009) *Beyond the Myths about the Natural and Social Sciences*, Edition Science and Society, Zagreb: Institute for Social Research

- Robbins, L., (1932) *Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, 1ª edição, Londres: Macmillan
- Robbins, L., (1981) *Economics and Political Economy*, American Economic Review, Papers and Proceedings, Ely Lecture, pp 1-10
- Reis, J., (2007) *Ensaio de Economia Impura*, Coimbra: Almedina
- Swann, P.G.M., (2006) *Putting econometrics in its place: A new direction in applied economics*, Cheltenham: Edward Elgar
- Walliser, B., Lesourne, J., Orléan, A., (2004) *A Revolução da Microeconomia Evolucionista*, Coleção Ciência e Técnica, Lisboa: Instituto Piaget